Câmara Municipal de Itapuí

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício N.º

LEI Nº 665 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1968

Partes vetadas pelo Prefeito Municipal e mantidas pela Câmara Municipal, do Projeto de Lei nº 24 / 68, que se transformou na Lei nº 665, de 27 de Dezembro de 1968, que institui o - Código Tributário do Município de Itapuí.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ decreta e eu, SYLVIO DE ALMEIDA PRADO ROCCHI, na qualidade de seu PRESIDENTE promulgo,- nos têrmos do artigo 23º, parágrafo 4º da Lei Orgânica dos Municípios, os seguintes dispositivos da Lei Nº 665, de 27 de dezembro - de 1968, da qual passam a fazer parte integrante:

....

Artigo 6º)- O imposto será devido com base no valor venal do terreno, a razão de 0,8% (oito décimo por cento).

.....

Artigo 29º)- O imposto será devido com base no valor venal de imóvel, construção e terreno, à razão de 0,8% (oito - décimo por cento).

§ Único) - O valor venal da construção será determinado em função da área construida e o do terreno de acôrdo - com o disposto no artigo 7º.

.....

Artigo 42º)- Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio constribuinte, o - imposto será calculado com a aplicação das seguintes alíquotas fixas:

	Imposto Anual
a)- profissões liberais....	20% do Salário mínimo vigente na região.
b)- corretores e outros - intermediarios de negócios.....	20% do Salário mínimo vigente na região.
.....	
d)- demais profissões....	20% do Salário mínimo vigente na região.

§ Único)- As sociedades civis, constituidas exclusivamente de profissionais liberais, terão o seu imposto calculado com base na alíquota da letra "a", multiplicada pelo número de - seus sócios componentes.

.....

Artigo 56º)- Decorridos os prazos de recolhimento, sem o pagamento do imposto, o contribuinte ficará sujeito às seguintes multas calculadas sobre o valor do tributo:

I- até 30 (trinta) dias de atrazo.... 10%
II- de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atrazo..... 20%
III- mais de 60 (sessenta) dias de atrazo..... 40%

§ Único)- A exigência do imposto e da multa acima será feita sem prejuizo do disposto no artigo 101º.

.....

Artigo 69º)- .....

.....

Anual

Anual

.....

II- Estabelecimentos produtores agro-pecuarios...NCr$ 10,00
III- Comercio:
a) de generos alimenticios.....NCr$ 20,00
b) de bebidas alcolicas.....NCr$ 20,00
c) restaurantes e hoteis.....NCr$ 20,00
d) outros ramos de atividade.....NCr$ 20,00
IV- Estabelecimentos de crédito, financiamento e investimentos.....NCr$ 20,00

.....

VI- Divertimentos publicos:
a) bailes e festas.....NCr$ 10,00
b) casas de diversão.....NCr$ 20,00
c) casas de espetáculos.....NCr$ 20,00
d) restaurantes dançantes, boates e similares.....NCr$ 20,00
e) demais espetáculos.....NCr$ 10,00

.....

g) boliches, bilhares e outros jogos de mesa, cancha ou pista, com exclusão dos chamados "bilhares-Mirins".....NCr$ 30,00
h) outros divertimentos públicos.....NCr$ 20,00
VII- Profissionais liberais e similares.....NCr$ 10,00
VIII- Profissionais que exercem atividades sem aplicação de capital.....NCr$ 10,00
IX- Postos de serviço para veículos.....NCr$ 20,00
X- Oficinas de consertos.....NCr$ 10,00
XI- Barbeiros, cabeleireiros.....NCr$ 10,00
XII- Máquinas de beneficiamento.....NCr$ 30,00
XIII- Depósitos.....NCr$ 10,00
XIV- Ambulantes e feirantes residentes no municipio:
a) de produtos de alimentação..... Isento
b) de produtos de limpeza e higiêne..... Isento
c) de demais produtos.....NCr$ 10,00
XV- Ambulantes e feirantes não residentes no municipio:
a) de produtos de alimentação.....NCr$ 10,00
b) de produtos de limpeza e higiêne.....NCr$ 5,00
c) de demais produtos.....NCr$ 5,00
XVI- Demais ramos de atividade.....NCr$ 10,00
§1º- No caso do item XV, a taxa será cobrada por - dia.

.....

Artigo 75º)- A taxa será devida de acôrdo com a seguinte tabela:

Anual

Tração mecanica

a) **AUTOMÓVEIS DE ALUGUEL**
1 - até 60 HP .....NCr$ 20,00
2- de 61 a 100 HP.....NCr$ 25,00
3,- com mais de 100 HP .....NCr$ 30,00
b) **AUTOMÓVEIS PARTICULARES**
1 - até 60 HP .....NCr$ 10,00
2 - de 61 a 100 HP.....NCr$ 15,00
3 - com mais de 100 HP.....NCr$ 20,00
c) **CAMINHÕES E CAMIONETES**
1 - Até 3 toneladas.....NCr$ 20,00
2 - de mais de 3 toneladas a 6 toneladas.....NCr$ 30,00
3 - de mais de 6 toneladas a 9 toneladas.....NCr$ 40,00
4- de mais de 9 toneladas, por tonelada que exceder...NCr$ 4,00
d) **AUTO ÔNIBUS**

continua.....

LEI Nº 665
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1968

Os auto ônibus empregados nos serviços de transporte de passageiros, além da taxa que corresponde a sua tonelagem como veículos de carga, pagarão mais NCr$ 1,00 (um cruzeiro novo) por passageiro de lotação, tomando-se como mínimo de lotação 30 (trinta) passageiros.

Artigo 88º)- .....

.....

.....Anual...

a)- prédios e terreno lotados de calçadas, por metro linear de frente.....NCr$ 0,70
b)- prédios e terrenos não dotados de calçadas, por metro linear de frente.....NCr$ 1,00
c)- o mínimo do imposto será.....NCr$ 3,00

.....

.....

§ 2º)- Para os contribuintes do impôsto predial que incida sôbre imóveis ocupados, no todo ou em parte, por bares, hotéis, restaurantes, padarias, quitandas e cortiços, a taxa será lançada com um acrescimo de 50% (inquenta por cento).

.....

Artigo 91º)- A taxa será devida de acôrdo com a seguinte tabela:

ESPECIE DE SERVIÇO	VALOR NCr$
I- Vistoria:	
.....	
.....	
.....	
d)- de cinemas ou estabelecimentos de diversões públicas, permanentes ou nômades.....	10,00
e)- de estabelecimentos industriais.....	10,00
f)- de estabelecimentos comerciais.....	10,00
g)- demais vistorias.....	10,00
.....	
.....	
IV- Apreensão de bens móveis e semoventes, inclusive mercadorias.....	10,00

.....

Artigo 94º)- .....

.....

ESPECIE DE SERVIÇOS	VALOR - NCr$
.....	
.....	
.....	
IV- Certidões negativas de tributos.....	3,00
.....	
VI- Certidões diversas.....	2,00
VII- Desentranhamento ou restituição de papéis.....	2,00
.....	
IX- Alvaras:	
.....	
b) qualquer outra natureza.....	5,00
X- Buscas:	
a) por ano, além da taxa das alíneas 1 e 2	2,00
XI- Transferencias:	
a) de local, de firma ou ramo de negócio.....	8,00

continua.....

b)de veículo, por unidade..... 10,00
c) diversos..... 2,00

Artigo 107º)- .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

III - Taxa de ligação de agua..... 5,00
IV- Ligação de novas tomadas na rede geral..... 30,00

.....

Artigo 119º)- A taxa será devida à razão de Nc$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) por imóvel.

.....

Artigo 120º)- Ao requerimento de pedido de ligação na rede geral de esgôsto, será juntado o recibo do recolhimento na tesouraria da Prefeitura, da importancia de Nc$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), correspondente à taxa de ligação.

.....

Artigo 123º)- Ficam isentos da taxa de conservação de estradas de rodagem municipal, as propriedades rurais com área de até 5 (cinco) alqueires de terra sem plantação de cana de açucar.

.....

Artigo 127º)- .....

.....

.....

.....

I- gado bovino, abatido por cabeça..... Nc$ 3,00
II- gado suino, abatido por cabeça..... Nc$ 1,00
III- gado caprino, abatido por cabeça..... Nc$ 2,00
IV- gado recolhido no matadouro e não abatido dentro de 48 horas, estadias nos currais e pastagens, por cabeça e por dia..... Nc$ 2,00
V- aluguel de pocilgas, por mês ou fração.... Nc$ 5,00

.....

Artigo 130º)- .....

.....

I - INUMAÇÃO DE SEPULTURA COMUM POR 5 ANOS
a) de adultos..... Nc$ 10,00
b) de infantes..... Nc$ 5,00
II - PERPETUIDADE
1- Na Avenida Central

CONTINUA.....

LEI Nº 665
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1 968

a) para adultos.....NCr$ 75,00
b) para infantes.....NCr$ 40,00

2 - Nas Ruas Transversais:
a) para adultos.....NCr$ 40,00
b) para infantes.....NCr$ 20,00

3 - Em outros lugares:
a) para adultos.....NCr$ 30,00
b) para infantes.....NCr$ 15,00

III - SEPULTURAS RESERVADAS POR 20 ANOS
a) para adultos.....NCr$ 25,00
b) para infantes.....NCr$ 15,00

IV - JAZIGOS
Por decímetro quadrado que exceder de 1,50m. - por 2,30m. .....NCr$ 2,50

V - EXUMAÇÕES
a) antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição.....NCr$ 10,00
b) apos vencido o prazo regulamentar de decomposição.....NCr$ 5,00

VI - DIVERSOS
a) entrada de ossadas no cemitério.....NCr$ 10,00
b) retirada de ossada do cemitério.....NCr$ 10,00
c) permissão para construção de carneiros e muretas.....NCr$ 5,00
d) construção de tumulos e mausoléus.....NCr$ 10,00
e) nas sepulturas perpetuas, jazigos e mausoléus poderão ser sepultados outros membros da familia, mediante o pagamento da taxa de.....NCr$ 10,00

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 31 DE DEZEMBRO DE 1 968

Sylvio de Almeida Prado Rocchi
PRESIDENTE

Raul Azar - 2º SECRETARIO

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara na data supra.

Cynira Speltri
Diretora

Recebi em 03 de janeiro de 1969

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

LEI Nº 665

De 27 de dezembro de 1968

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÍ.

Antonio Guerrisi, Prefeito do Municipio de Itapuí, usando das atribuiçoẽs que lhe são conferidas por Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal em sessão de 5 de dezembro de 1968, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
Do Sistema Tributário
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇOẼS GERAIS

Artigo 1º)- Esta Lei institui o Código Tributário do Município, dispondo sôbre fato gerador, base de cálculo, alíquota, inscrição,- lançamento, cobrança, fiscalização, processo fiscal e penalidades-- de cada tributo.

Artigo 2º)- Compoẽm o sistema tributario do Municipio:

I- Os impostos:
- a) sôbre propriedade territorial urbana;
- b) sôbre propriedade predial;
- c) sôbre serviços.

II- As taxas:
- a) de licença;
- b) de limpeza publica;
- c) de serviços diversos;
- d) de expediente
- e) de conservação de estradas de rodagem;
- f) de esgôto;
- g) de água;
- h) de matadouro;
- i) de cemitério.

III- As contribuiçoẽs de melhoria.

IV- A dívida ativa.

TÍTULO II
Dos Impostos
CAPÍTULO I
Do Impôsto Sôbre Propriedade Territorial Urbana

Incidência e Contribuinte

Artigo 3º)- O impôsto sôbre propriedade territorial urbana recai sôbre a propriedade, o domínio útil ou a posse de terreno localizado em zona urbana, e tem como contribuinte o seu proprietário, o titular de seu dominio util ou o seu possuidor a qualquer titulo.

§ 1º)- O imposto recai tambem sobre o terreno que embora não localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, como " sitio de recreio", e no qual a eventual produção não se destine ao comercio.

segue.....

§ 2º)- O imposto não recai sobre o terreno que, embora localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agricola, pecuaria ou agro-industrial.

§ 3º)- Para os efeitos deste imposto considera-se terreno o solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido tambem o imovel que contenha:

I- construção provisoria que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II- construção em andamento ou paralizada;

III- construção interditada, condenada, em ruina ou demolição;

IV- construção considerada, por ato de autoridade competente, - inadequada quanto a area ocupada, sua destinação ou utilização.

§ 4º)- Para os efeitos deste imposto consideram-se zonas urbanas as areas em que existem pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, executados ou mantidos pelo Poder Publico:

I- meio-fio ou calçamento, com canalização de aguas pluviais;

II- abastecimento de agua;

III- sistema de esgotos sanitarios;

IV- rede de iluminação publica, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V- escola primaria ou posto de saude a uma distancia maxima de 3(tres) quilometros do imovel considerado.

§ 5º)- Consideram-se tambem zonas urbanas as areas urbanizaveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos regularmente aprovados pelos orgãos competentes, destinadas à habitação, à industria ou comercio.

§ 6º)- O perimetro das zonas urbanas será fixado periodicamente, por lei observados os requisitos dos paragrafos 4º e 5º deste artigo.

Artigo 4º)- São pessoalmente responsaveis pelo imposto:

I- O adquirente do imovel, pelos debitos do alienante, existentes à data do titulo de transferencia, salvo quando conste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta publica, ao montante do respectivo preço;

II- O espolio pelos debitos do "de cujus" existentes à data da abertura da sucessão;

III- Sucessor a qualquer titulo e o conjuge meeiro, pelos debitos do " de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV- A pessoa juridica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos debitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles - atos;

V- A pessoa natural ou juridica que adquirir de outra, por qualquer titulo, fundo de comercio ou de estabelecimento comercial, in-

segue....

industrial ou profissional, e continuar a exploração do negocio, - sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, pelos debitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ Unico)- O imposto no inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas juridicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer socio remanescente ou seu espolio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob a firma individual.

Artigo 5º)- O imposto será devido independentemente da legitimidade dos titulos de aquisição ou posse do terreno ou da satisfação de exigencias administrativas para sua utilização.

Base de Calculo e Aliquota do Imposto

Artigo 6º)- VETADO

Artigo 7º)- O valor venal do terreno será determinado em função dos seguintes elementos, considerados em conjunto ou isoladamente, a criterio da repartição, sem prejuizo do disposto no artigo 9º desta lei:

I- a declaração do contribuinte, quando exata e aceita pela - repartição competente;

II- preços correntes de terreno obtidos em transaçoẽs realizadas nas respectivas imediaçoẽs;

III- preços das locaçoẽs correntes;

IV- localização e caracteristicas do terreno;

V- indices de desvalorização da moeda e indices medios de valorização dos imoveis correspondentes à zona em que esteja situado o terreno;

VI- outros elementos informativos obtidos pela repartição competente, tecnicamente reconhecidos.

Artigo 8º)- Na determinação de base de calculo do imposto não se considera o valor dos bens moveis mantidos no imovel, em caráter permanente ou temporario, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade.

Artigo 9º)- Para a apuração do valor venal do terreno, o Executivo poderá elaborar plantas genericas de valores, contendo valores medios unitarios dos terrenos e das construçoẽs, correntes para os diversos locais, classificação das construçoẽs, metodos avaliatorios aplicaveis, e demais elementos considerados necessarios ou uteis à fixação do valor venal do terreno.

§ Unico)- As plantas genericas dos valores serão utilizadas - para efeito de lançamento, a partir do inicio do exercicio seguinte ao ano de sua publicação.

Inscrição e Lançamento

Artigo 10º)- Os contribuintes são obrigados, em relação a cada terreno, a requerer sua inscrição à repartição competente.

§ Unico) - A obrigatoriedade da inscrição estende-se aos terrenos beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

segue...

Artigo 11º)- O requerimento de inscrição será feito em formulário proprio, no qual o contribuinte, sob sua exclusive responsabilidade e sem prejuizo de outros elementos que poderão ser exigidos pela Prefeitura, declarará:

I- nome e qualificação do contribuinte;

II- numero anterior de inscrição ou transcrição do titulo relativo ao terreno, no Registro de Imoveis;

III- localização do terreno e endereço para entrega de avisos de lançamento;

IV- dimensoes, area e confrontação do terreno;

V- uso a que se destina o terreno, dados sobre construção, se existir;

VI- valor venal;

VII- indicação do titulo de aquisição da propriedade ou do dominio util;

VIII- condição em que a posse é exercida.

§ 1º)- A inscrição deverá ser requerida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar de:

I- convocação que vier a ser feita pela Prefeitura;

II- demolição ou perecimento das edificaçoes ou construçoes existentes no terreno;

III- aquisição ou promessa de compra do terreno;

IV- aquisição ou promessa de compra de parte do terreno não construida, desmembrada ou ideal;

V- posse do terreno a qualquer titulo.

§ 2º)- A inobservancia do disposto no paragrafo anterior sujeitará o contribuinte a multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor anual do imposto, devida por 1(um) ou mais exercicios até a regularização da inscrição.

§ 3º)- Serão objeto de inscrição unica, acompanhada de planta ou desenho:

I- as glebas desprovidas de melhoramentos, cuja utilização dependa de obras de urbanização;

II- as quadras indivisas de areas arruadas;

III- o lote isolado ou grupo de lotes contiguos.

Artigo 12º)- Deverão ser comunicadas à Prefeitura, dentro de 30 (trinta) dias da data do ato:

I- pelo adquirente, a transcrição, no Registro de Imoveis, de titulo de aquisição de terreno;

II- pelo promitente vendedor ou pelo cedente, a celebração do compromisso de compra e venda ou sua cessão;

§ Unico)- A inobservancia do disposto neste artigo sujeitará o contribuinte a multa identida à prevista no paragrafo 2º do artigo 11, por 1(um) ou mais exercidios até que seja regularizada sua situação.

Artigo 13º)- Para os efeitos deste imposto consideram-se sonega

segue .....

sonegados à inscrição os terrenos não inscritos dentro do prazo estabelecido, assim como aqueles cujas fichas apresentem falsidade, erro ou omissão do contribuinte.

Artigo 14º)- O imposto é anual, respeitando-se a condição do terreno ao encerrar-se o exercicio anterior àquele a que se referir o lançamento.

§ 1º)- Tratando-se de obras concluidas em meio do exercicio, o imposto será devido até o final do ano em que seja expedido o "habite-se", seja obtido o "auto de vistoria", ou em que forem efetivamente ocupadas.

§ 2º)- Nos casos de conclusão parcial de obras, em que o imposto predial seja no valor superior ao valor do imposto territorial, o lançamento daquele será feito a partir do exercicio seguinte.

Artigo 15º)- O imposto será lançado em nome do contribuinte de acordo com a inscrição.

§ 1º)- Nos casos de compromisso de compra e venda será mantido o lançamento, até a inscrição do promissario comprador, sendo-facultado à Prefeitura transferir para este o lançamento.

§ 2º)- O lançamento do imposto relativo a terreno objeto de enfiteuse, usofruto ou fideicomisso, será efetuado em nome do enfiteuta, do usofrutuario ou do fidussiario.

§ 3º)- Existindo, no condominio, unidade autonoma, de propriedade de mais de uma pessoa, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietarios, nos dois primeiros casos - sem prejuizo da responsabilidade solidaria dos demais pelo pagamento do tributo.

Artigo 16º)- O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autonoma, ainda que os imoveis contiguos ou vizinhos pertençam ao mesmo contribuinte.

Artigo 17º)- O calculo do imposto será feito ainda que não conhecido o contribuinte.

Artigo 18º)- Enquanto não extinto o direito de cobrança do imposto, a Prefeitura poderá efetuar lançamentos omitidos, por quaisquer circunstancias, assim como lançamentos complementares de outros que estejam viciados por irregularidades ou erro de fato.

§ 1º)- No caso deste artigo o debito decorrente de lançamento anterior quando quitado, será considerado como pagamento parcial do total devido em consequencia do lançamento complementar.

§ 2º)- O lançamento aditivo ou complementar não invalida o lançamento aditado ou complementado.

Artigo 19º)- O lançamento do imposto será objeto de aviso, entregue no domicilio tributario do contribuinte.

§ Unico) - Considera-se domicilio tributario, para os efeitos deste imposto, o lugar da situação do terreno ou o local indicado pelo contribuinte para a entrega do aviso.

segue.....

ARRECADAÇÃO

Artigo 20º)- O pagamento do imposto será efetuado de uma só vez, no mês de fevereiro, nas datas e locais indicados nos avisos.

§ Unico) - Decorrido esse prazo o imposto será recolhido com o acrescimo de 10%(dez por cento).

Artigo 21º)- O pagamento do imposto não importa reconhecimento, por parte da Prefeitura, da legitimidade, do dominio util ou da posse do terreno.

ISENÇÃO

Artigo 22º)- Estão isentos do imposto, desde que cumpram as exigencias da legislação tributaria, os proprietarios, titulares do dominio util ou possuidores a qualquer titulo de:

I- terrenos cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo de União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municipios ou de suas Autarquias.

II- terrenos pertencentes:

a)- Instituiçoẽs de caridade;

b)- Sociedades esportivas e recreativas;

c)- Seitas religiosas;

d)- As socidades culturais, educacionais e de benemerencia, consideradas de utilidade publica.

Artigo 23º)- As isençoẽs do artigo anterior serão solicitadas - em requerimento, instruido com a prova dos requisitos necessarios /para a obtenção do beneficio.

§ Unico)- Serão aplicadas, no que couber, aos pedidos de reconhecimento de imunidade, as disposiçoẽs sobre isenção.

Artigo 24º)- A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir aos demais exercicios, devendo o requerimento - de renovação da isenção referir-se àquela documentação, apresentando as provas relativas ao novo exercicio.

Artigo 25º)- Os requerimentos de isenção devem ser apresentados até o ultimo dia util do mês de janeiro de cada exercicio, sob pena - de perda de beneficio fiscal no respectivo ano.

Pedidos de Reconsideração e Recursos

Artigo 26º)- O contribuinte ou responsavel poderá pedir reconsideração do lançamento do imposto, dentro do prazo de 15(quinze) dias contados da data da entrega do aviso.

Artigo 27º)- O prazo para apresentação de recurso à instancia - administrativa superior é de 15(quinze) dias, contados da publicação da decisão no órgão oficial ou da data de sua intimação ao interessado.

CAPITULO II

Do Imposto Sobre Propriedade Predial

Incidencia e Contribuinte

Artigo 28º)- O imposto sobre propriedade predial recai sobre a propriedade, o dominio util/ ou a posse de predio localizado em zona urbana, e tem como contribuinte o seu proprietario, o titular do seu

segue .....

seu dominio util ou o seu possuidor a qualquer titulo.

§ 1º)- Para os efeitos deste imposto considera-se predio o terreno com construçoẽs ou edificaçoẽs permanentes, que sirva para habitação, uso, recreio ou exercicio de quaisquer atividades, seja qual - for sua forma ou destino.

§ 2º)- Não estão sujeitos a este imposto os imoveis contendo as construçoẽs indicadas nos incisos I a IV, do paragrafo 1º, do artigo 3º, desta Lei, os quais ficarão sujeitos ao imposto sobre propriedade territorial urbana.

Base de Calculo e Aliquota do Imposto

Artigo 29º)- VETADO

§ Unico)- O valor venal da construção será determinado em função da area construida e o do terreno de acordo com o disposto no artigo 7º.

Inscrição e Lançamento

Artigo 30º)- Os contribuintes são obrigados, em relação a cada imovel, a requerer sua inscrição à repartição competente.

§ Unico)- A obrigatoriedade da inscrição estende-se aos predios beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Artigo 31º)- A inscrição será requerida em formulario proprio,- no qual o contribuinte, sob sua exclusiva responsabilidade sem prejuizo de outros elementos que possam ser exigidos pela Prefeitura, - declarará:

I- nome e qualificação do contribuinte;

II- numero anterior de inscrição ou transcrição do titulo relativo ao imovel, no Registro de Imoveis;

III- localização do imovel e endereço para entrega de avisos de lançamento;

IV- dimensoẽs e areas do terreno; area do pavimento terreo; numero de pavimentos; area total da parte considerada edificada; confrontaçoẽs e data da conclusão do predio;

V- uso a que efetivamente se destina;

VI-valor venal;

VII- valor locativo ou aluguel efetivo anual;

VIII- indicação do titulo de aquisição da propriedade ou do dominio util;

IX- condição em que a posse é exercida.

§ 1º)- A inscrição deverá ser requerida dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da:

I- convocação que vier a ser feita pela Prefeitura;

II- conclusão ou ocupação da edificação ou construção;

III- aquisição ou promessa de compra do predio;

IV- aquisição ou promessa de compra de parte do predio, desmembrada ou ideal;

V- posse do predio a qualquer titulo.

§ 2º)- A inobservancia do disposto no paragrafo anterior sujei

segue...

sujeitará o contribuinte a multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor anual do imposto, devida por 1(um) ou mais exercicios, até a regularização da inscrição.

Artigo 32º)- Os fatos relacionados com o imovel, que possam afetar o lançamento do imposto, inclusive as reformas, ampliaçoẽs, modificação de uso e alteração de aluguel, deverão ser comunicados à Prefeitura no prazo de 30(trinta) dias, contados da data de sua ocorrencia.

§ Unico)- A inobservancia do disposto neste artigo sujeitará o contribuinte a multa identica à prevista no paragrafo 2º do artigo 31, até a data da comunicação.

Artigo 33º)-Tratando-se de construçoẽs ou edificaçoẽs concluidas em cada exercicio o imposto será lançado a partir do exercicio seguinte ao do "habite-se", do"auto de vistoria" ou da efetiva ocupação.

§ 1º)- A norma deste artigo será aplicada aos casos de ocupação parcial das construçoẽs ou edificaçoẽs não concluidas, e de ocupação de unidades autonomas de condominio, já concluidas.

§ 2º)- Tratando-se de construçoẽs ou edificaçoẽs demolidas ou - destruidas durante o exercicio, o imposto será devido até o final do ano seguinte.

Arrecadação

Artigo 34º)- O pagamento do imposto será efetuado em uma só vez no mês de março nas datas e locais indicados nos avisos.

§ Unico)- Decorrido esse prazo o imposto será recolhido com o acrescimo de 10%(dez por cento).

Isenção

Artito 35º)- Estão isentos do imposto, desde que cumpram as exigencias da legislação tributaria, os proprietarios, titulares do dominio util ou possuidores a qualquer titulo de:

I- predios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municipios ou de suas Autarquias;

II- os pertencentes :

a)- Instituiçoẽs que se destinam a assistendia publica gratuita;

b)- Sociedades esportivas e recreativas legalmente constituidas sem fins lucrativos;

c)- Os templos de qualquer religião e a casa paroquial;

d)- Instituiçoẽs beneficentes ou religiosas em que funcionem asilos, hospitais, colegios ou escolas gratuitas;

e)- Instituiçoẽs culturais, educacionais e de benemerencia,- consideradas de utilidade publica.

Artigo 36º)-Aplicam-se com as adaptaçoẽs necessarias ao imposto sobre propriedade predial as mesmas normas do imposto sobre propriedade territorial urbana, constantes do srtigo 3º e seus paragrafos, e dos artigos 4º,5º,7º,8º,9º,13º,14º "caput", 15º,16º,17º,18º,19º,21º 23º,24º,25º,26º e 27º desta Lei.

CAPITULO III

Do Imposto Sobre Serviços

Incidencia e Contribuinte

segue.....

Artigo 37º)- O imposto sobre serviços é devido pela prestação, no territorio do Municipio, de serviço que não configure por si só, fato gerador de imposto da União ou dos Estados, e tem como contribuinte o prestador de serviços.

Artigo 38º)- Para os efeitos deste imposto, considera-se local da prestação de serviço o local da sede da empresa, excetuados os seguintes casos, em que se leva em conta o local em que e' executado o serviço.

I- construção civil;

II- serviço prestado em carater permanente, por estabelecimentos, socios ou empregados na empresa sediados ou residentes neste Municipio.

Artigo 39º)- Para os efeitos deste imposto considera-se serviço, toda atividade, exercida por empresa profissional autonomo, em que se realize:

I- locação de bens moveis;

II- locação de espaço em bens imoveis, a titulo de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza;

III- jogos e diversoes publicas;

IV- beneficiamento, confecção, lavagem, tingimento, galvanoplastia, reparo, conserto, restauração, acondicionamento e operaçoes similares, quando relacionadas com mercadorias não destinadas à produção industria ou à comercialização;

V- execução, por administração ou empreitada, de obras hidraulicas ou de construção civil, excluidas as contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municipios, Autarquias e empresas concessionarias de serviços publicos, assim como as respectivas sub-empreitadas;

VI- demais formas de fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de maquinas, ferramentas ou veiculos.

Artigo 40º)- A incidencia do imposto independe-:

I- da existencia de estabelecimento fixo;

II- do atendimento de quaisquer exigencias legais ou administrativas, referentes à atividade tributada;

III- do pagamento ou do resultado do serviço prestado;

IV- de habitualidade na prestação do serviço.

Base de Calculo e Aliquota do Imposto

Artigo 41º)-O imposto será devido com base no preço do serviço, aplicando-se as seguintes aliquotas percentuais:

I-	locação de bens moveis	1%
II-	locação de espaço em bens imoveis	1%
III-	jogos e diversoes publicas	2%
IV-	beneficiamento, confecção, lavagem, tingimento, galvanoplastia, reparo, conserto, restauração, acondicionamento e operaçoes similares	1%
V-	execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras hidraulicas ou de construção civil	1%

segue .....

VI- prestação de serviços de qualquer natureza 0,5%

§ Unico)- Para o calculo do imposto, serão admitidas as seguintes deduçoẽs no preço cobrado:

a) despesas reembolsaveis;

b) despesas clinico-cirurgicas.

Artigo 42º)- Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do proprio contribuinte, o imposto será calculado com a aplicação das seguintes aliquotas fixas:

a)- VETADO

b)- VETADO

c)- Barbeiros e cabelereiros ... . 10% do Salario Minimo vigente na região.

d)- VETADO

§ Unico)- VETADO

Artigo 43º)- Para os efeitos deste imposto considera-se preço do serviço a quantia total cobrada pela atividade exercida, sem quaisquer deduçoẽs, ainda que seja a titulo de frete, carreto, despesa ou imposto, excluidas as expressamente permitidas pela legislação tributaria.

Artigo 44º)- O preço do serviço será arbitrado:

I- quando ocorrer fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte dificultar o exame dos livros ou elementos necessarios ao lançamento, aplicando-se o acrescimo de 100%(cem por cento) sobre o valor do imposto sonegado;

II- quando o contribuinte apresentar seu movimento mensal ou anual com indices que não correspondam, fielmente, as quantias cobradas em decorrencia da prestação de serviços, aplicando-se o acrescimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto sonegado;

III- quando inexistir livros ou demais documentos exigidos pelo fisco.

§ Unico)- Para o arbitramento, entre outros elementos, serão considerados os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, natureza do serviço prestado, valor das instalaçoẽs e equipamentos, localização, numero de empregados e seus salarios, e retirada dos socios.

Artigo 45º)- Nos serviços de carater misto, assim considerados quando a prestação de serviços seja acompanhada de fornecimento de mercadorias, todos enquadrados no inciso IV, do artigo 39º, o imposto será calculado sobre o valor total da operação, excluida a parcela que serviu de base para o calculo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias.

§ Unico)- Não se considera serviço de carater misto aquele em que a prestaão de serviço constitua objeto essencial da atividade do contribuinte e represente mais de 75% (setenta e cinco por cento) da sua receita media mensal.

Artigo 46º)- Na execução de obras hidraulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço total da operação, excluidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais adquiridos

segue....

adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador de serviço, e as parcelas relativas ao valor das sub-empreitadas ja atingidas pelo imposto.

Inscrição e Lançamento

Artigo 47º)- As pessoas sujeitas ao imposto deverão requerer sua inscrição, fornecendo à Prefeitura, até 30(trinta) dias contados da - data da atividade, os elementos e informaçoẽs para a correta fiscalização.

§ 1º)- A inscrição deverá ser feita uma para cada local de atividade, ficando os ambulantes sujeitos a inscrição unica.

§ 2º)- O recebimento do requerimento de inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos elementos e informaçoẽs apresentados.

§ 3º)- Para os fins previstos neste artigo, o contribuinte será obrigado a apresentar os livros e documentos exigidos pelo fisco.

Artigo 48º)- Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, sem que o interessado tenha requerido sua inscrição ou fornecido os elementos e informaçoẽs exatos sobre sua atividade, a Prefeitura efetuará sua inscrição "ex-oficio", ou a retificação do lançamento, aplicando a multa de 50%(cinquenta por cento) do valor do imposto sonegado,- ao contribuinte enquadrado no artigo 41º, e de 100%(cem por cento) do valor do imposto para os demais casos.

Artigo 49º)- Para obter baixa de sua inscrição, o contribuinte deverá comunicar à Prefeitura dentro do prazo de 15(quinze) dias, a cessação de suas atividades.

§ Unico)- A baixa será concedida após a verificação da procedencia da comunicação, sem prejuizo da cobrança dos impostos devidos.

Artigo 50%)- O imposto será calculado pelo proprio contribuinte, mensalmente, quando a sua atividade estiver prevista no artigo 41º, e anualmente nos demais casos.

Artigo 51º)- Para o recolhimento do imposto o contribuinte deverá preencher guías especiais, calculando o tributo com fiel observancia da legislação. municipal.

§ Unico)- O prazo para homologação do calculo do contribuinte,- pela Prefeitura, é de 5(cinco) anos, contados da data do pagamento - do imposto.

Artigo 52º)- Mediante previa autorização da repartição competent e sem prejuizo da norma contida no artigo 47º, o contribuinte poderá fazer o calculo do imposto relativo aos diversos locais de prestação dos serviços pelo local de centralização de sua escrita.

Artigo 53º)- Os lançamentos "ex-oficio" serão comunicados ao contribuinte no seu domicilio tributario, dentro do prazo de 30(trinta) dias, acompanhados do auto de infração.

Artigo 54º)- Para os efeitos de registro, controle e fiscalização do imposto, a Prefeitura poderá instituir livros ou outros documentos fiscais.

§ Unico)- A falta de livros ou documentos de uso obrigatorio sujeitará o contribuinte a multa de 10%(dez por cento) ao lançamento a

segue....

arbitrado e demais cominaçoẽs cabiveis.

Arrecadação

Artigo 55º)- O imposto deverá ser recolhido, pelo contribuinte, independentemente de qualquer aviso, nos seguintes casos:

I- até o dia 15(quinze) de cada mês subsequente ao vencido, nos casos previstos no artigo 41º;

II- em duas prestaçoẽs venciveis nos meses de março e agosto, nos demais casos.

§ Unico)- As diferenças do imposto apuradas em levantamento fiscal, deverão ser recolhidas dentro de 15(quinze) dias contados da data do auto de infração ou da respectiva notificação, sem prejuizo - de outras cominaçoẽs.

Artigo 56º)- VETADO

I- VETADO

II- VETADO

III- VETADO

§ Unico)- VETADO

Isenção

Artigo 57º)- Estão isentos do imposto-:

I- os assalariados como tais definidos pelas leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tacito ou expresso, de prestação de trabalhos a terceiros;

II- os diretores de sociedades anonimas por açoẽs e de economia mista, bem como de outros tipos de sociedades civis e comerciais, - mesmo quando não sejam socios cotistas, acionistas;

III- os servidores publicos, federais, estaduais, municipais, e autarquicos, amparados pela respectiva legislação que os definam nesta situação e condição.

Artigo 58º)- As isençoẽs do artigo anterior serão solicitadas em requerimento, instruido com a prova dos requisitos necessarios à obtenção do beneficio.

Artigo 59º)- A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercidios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir àquela documentação, apresentando as provas relativas ao novo exercicio.

Artigo 60º)- Os requerimentos de isenção devem ser apresentados até o ultimo dia util do mes de janeiro de cada exercicio, sob pena de perda do beneficio fiscal no respectivo ano, à excessão dos casos de inicio de atividade, nos quais o prazo do pedido é de 30(trinta) dias.

Pedidos de Reconsideração e Recursos

Artigo 61º)-O contribuinte poderá pedir reconsideração do lançamento "ex-oficio" do imposto, dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados da data da entrega do auto de infração ou de sua notificação.

Artigo 62º)- O prazo para apresentação de recurso à instancia - administrativa superior é de 15(quinze) dias, contados da publicação da decisão no orgão oficial ou da data de sua intimação ao interessa

segue....

interessado.

TITULO III
Das Taxas
CAPITULO I
Da Taxa de Licença

Artigo 63º)- A taxa de licença ou de autorização será devida pelo exercicio, no territorio do Municipio, de quaisquer atividades lucrativas, ou pela pratica dos atos previstos neste capitulo, sujeito a previo licenciamento ou fiscalização da Prefeitura, e tem como contribuinte a pessoa interessada na pratica dos atos ou atividades.

§ Unico)- A licença definitiva ou autorização precaria constará de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização.

Artigo 64º)- A taxa será lançada e arrecadada isoladamente ou em conjunto com os demais tributos, mas sempre com a indicação dos elementos distintos de cada um e os respectivos valores.

Artigo 65º)- A taxa será devida para:

I- localização e funcionamento de estabelecimentos agro-pecuario industriais, comerciais, de operaçoes financeiras, de prestação de serviços ou similares;

II- circulação de veiculos;

III- execução de obras particulares;

IV- promoção de publicidade.

SEÇÃO I
Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais e Similares

Artigo 66º)- Nenhuma empresa produtora agro-pecuaria, industrial, comercial, de operaçoes financeiras, de prestação de serviços, ou similares, poderá instalar-se ou iniciar suas atividades sem previo licenciamento e pagamento da respectiva taxa.

§ Unico)- Não estão isentas daś taxa as empresas cujas atividades dependam de autorização da União ou do Estado.

Artigo 67º)- A taxa será exigida e arrecadada antes do inicio das atividades ou da pratica dos atos sujeitos ao tributo, deve ser renovada, para o funcionamento até o ultimo dia util de janeiro de cada ano.

Artigo 68º)- O contribuinte, ao solicitar licença ou autorização deverá fornecer à Prefeitura os elementos e informaçoes exigidos, os quais deverão ser atualizados por ocasião da renovação da licença pa o funcionamento.

Artigo 69º)- A taxa será devida, em cada ano, de acordo com a seguinte tabela:

I- Industria:	Anual
a) até 10.operarios...	Isento
b) de 11 a 20 operarios	Isento
c) de 21 a 50 operarios	Isento
d) de 51 a 100 operarios	Isento
e) acima de 100 operarios	Isento

segue.....

II- VETADO Anual

III- Comercio-:

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

d) VETADO

IV- VETADO

V- Soeiedades civis e escolas ..... Isento

VI- Divertimentos publicos:

a)- VETADO

b)- VETADO

c)- VETADO

d)- VETADO

e)- VETADO

X- f)- exposiçoẽs, feiras e quermesses ..... Isento

g)- VETADO

H)- VETADO

VII- VETADO

VIII- VETADO

IX- VETADO

X- VETADO

XI- VETADO

XII- VETADO

XIII- VETADO

XIV- Ambulantes e feirantes residentes no municipio:

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

XV- VETADO

a)-VETADO

b)-VETADO

c)-VETADO

XVI- VETADO

§ 1º)- VETADO

§ 2º)- Nos casos de atividades multiplas exercidas no mesmo local a taxa será calculada e devida, levando-se em consideração a atividade sujeita a maior onus fiscal.

Artigo 70º)- A renovação da licença para o funcionamento, estará sujeita a mesma taxa fixada para o inicio da atividade, levando-se em consideração todo o exercicio à excessão dos casos de licença com prazos determinados, inferiores a 90(noventa) dias.

Artigo 71º)- O exercicio das atividades ou a pratica dos atos previstos neste capitulo, sem o pagamento da respectiva taxa sujeitará o infrator a multa de 50%(cinquenta por cento) sobre o valor do tributo.

§ Unico)- A reincidencia na infração sujeitará o contribuinte à - multa prevista neste artigo, em dobro, e ao fechamento do estabelecimento se, notificado para regularizar sua situação, não o fizer dentro do prazo de 30(trinta) dias, sem prejuizo das cominaçoẽs cabiveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

SEÇÃO II

Licença para Circulação de Veiculos

Artigo 72º)- Nenhum veiculo poderá circular permanentemente no Municipio sem previa licença e pagamento desta taxa.

§ Unico)- Estão tambem sujeitos à taxa os veiculos que circularem permanentemente no territorio do Municipio, por prazo superior a 60(sessenta)dias, mesmo que já esteja licenciados em outros localidades.

Artigo 73º)- O contribuinte deve fazer sua inscrição, preenchendo guia propria, no ato do licenciamento.

Artigo 74º)- O lançamento e a arrecadação da taxa serão feitos simultaneamente com o licenciamento inicial ou sua renovação.

Artigo 75º)- A taxa será devida de acordo com a seguinte tabela:

Tração mecanica

a) AUTOMOVEIS DE ALUGUEL — Anual

1- VETADO

2- VETADO

3- VETADO

b) AUTOMOVEIS PARTICULARES

1- VETADO

2- VETADO

3- VETADO

c) CAMINHÕES E CAMIONETES

1- VETADO

2- VETADO

3- VETADO

4- VETADO

d) AUTO ONIBUS

VETADO

Artigo 76º)- Os veiculos que circularem sem licença ou placa de - numeração serão apreendidos e recolhidos a deposito municipal.

§ 1º)- O licenciamento ex-oficio será procedido com acrescimo e multa de 50%(cinquenta por cento) do valor da taxa.

§ 2º)- A liberação de veiculos apreendidos será concedida apos o pagamento da taxa, acrescida da multa de 50%(cinquenta por cento) do seu valor, sem prejuizo da cobrança das despesas da apreensão.

SEÇÃO III

Licença para Execução de Obras Particulares

Artigo 77º)- Dependerá de licença ou de autorização de pagamento da respectiva taxa, o inicio de toda construção, reconstrução, reforma ou demolição de edificio, ediculas ou muros, assim como o arruamento ou loteamento de terrenos e quaisquer outras obras em imoveis particulares.

§ Unico)- Tratando-se de arruamento ou loteamento de terrenos, a licença só será concedida mediante previa aprovação dos respectivos planos, projetos ou plantas, na forma da legislação urbanistica aplicavel.

segue.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Artigo 78º)- A taxa será devida e arrecadada antes do inicio das - obras sujeitas ao tributo, e calcular-se-á de acordo com a seguinte tabela:

O B R A S	Valor NCr$
I- Construçoẽs de:	
a) casas ou edificios até 2 pavimentos, por m2 de area construida	Isento
b) casas ou edificios de mais de 2 pavimentos, por m2 de area construida	Isento
c) fachadas e muros, por metro linear	Isento
d) marquizes, coberturas e tapumes, por metro linear	Isento
e) reconstruçoẽs, reformar e demoliçoẽs, por m2 ou linear	Isento
II- Arruamentos:	
a) com area até 20.000 m2, excluidas as areas destinadas a logradouros publicos, por m2	Isento
b) com area superior a 20.000 m2, excluidas as areas destinadas a logradouros publicos por m2	Isento
III- Loteamentos:	
a) com area até 10.000 m2, excluidas as areas destinadas a logradouros publicos e asq que serão doadas ao Municipio, por m2	Isento

§ Unico)- O licenciamento ex-oficio será precedido com acrescimo de 50%(cinquenta por cento) do valor da taxa, sem prejuizo das cominaçoẽs cabiveis.

Artigo 79º)- São isentos desta taxa:

I- limpeza ou pintura externa ou interna, de edificios, muros ou grades;

II- construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III- construção de barraceẽs destinados à guarda de materiais de obras já licenciadas.

SEÇÃO IV

Licença para Publicidade

Artigo 80º)- Nenhuma exploração ou utilização de meios de publicidade, em vias ou logradouros, ou em locais de acesso publico, poderá ser feita sem previa licenciamento ou autorização e pagamento desta taxa.

Artigo 81º)- A taxa será devida pela publicidade propria ou de terceiros, de acordo com a seguinte tabela:

segue .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

tabela:

ESPECIE DE PUBLICIDADE	Anual
I- Publicidade de terceiros afixada na parte interna ou externa de estabelecimentos comerciais, industriais, agro-pecuarios ou de prestação de serviços, ou pinturas externas nesses estabelecimentos.....	Isento
II- Publicidade em:	
a) interior de veiculos, por veiculo	Isento
b) veiculos destinados especialmente a publicidade, por veiculo	Isento
c) cinemas, por meio de projeção na tela	Isento
d) vitrines, para exposição de artigos estranhos ao ramo de negocio	Isento
III- Placas ou paineis com anuncios, colocados em terrenos, taoumes, platibandas, cadeiras, bancos, toldos e mesas, ou sobre edificios, desde que visiveis das vias publicas.....	Isento
IV- Placas ou tabuletas com letreiros, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visiveis de estradas municipais, estaduais ou federais.....	Isento
V- Propaganda falada ou escrita inclusive por meio de folhetos para distribuição externa, em via ou logradouro publico.....	Isento
VI- Propaganda através de:	
a) projeçoẽs em logradouros publicos	Isento
b) faixas ou cartazes	Isento

§ Unico)- São responsaveis pela taxa as pessoas que direta ou indiretamente sejam beneficiadas pela publicidade.

Artigo 82º)- A taxa será arrecadada antecipadamente, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observados os seguintes prazos de recolhimento:

I- as iniciais: no ato da concessão da licença;

II- as posteriores:

a) quando anuais: até o ultimo dia de janeiro de cada exercicio;

b) quando mensais: até o dia 10(dez) de cada mês;

c) quando diarias: no ato do pedido.

Artigo 83º)- O pedido de licença deve ser instruido com descrição detalhada do meio de publicidade, sua localização e demais caracteristicas essenciais.

Artigo 84º)- A publicidade por meio de paineis, cartazes e placas deve ser escrita em linguagem correta, mantido o bom estado de conservação em perfeitas condiçoẽs de segurança, sob pena de multa de 100%(cem por cento) sobre o valor da taxa, sem prejuizo da cassação da licença e demais cominaçoẽs legais.

segue .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Artigo 85º)- Nosc casos de publicidade não licenciadas, ou de falta de pagamento da taxa, o contribuinte ficará sujeito ao lançamento "ex-oficio", com os acrescimos, respectivamente, de 100%(cem por cento), ou de 20%(vinte por cento) sobre o valor da taxa devida, sem prejuizo de sua retirada.

Artigo 86º)- São isentas da taxa:

I- tabuletas indicativas de sitios, granjas, chacaras e fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

II- tabuletas indicativas de hospitais, casas de saude, ambulatorios, sociedades beneficentes;

III- cartazes ou letreiros destinados a fins patrioticos, religiosos ou eleitorais;

IV- os anuncios luminosos, os disticos ou denominaçoes de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrinas internas.

CAPITULO II

Da Taxa de Limpeza Publica

Artigo 87º)- A taxa de limpeza publica destina-se a manutenção dos serviços de asseio da cidade compreendendo as vias publicas e - particulares, e tem como contribuinte o proprietario, o titular do dominio util ou o possuidor do imovel no perimetro urbano.

§ Unico)- Para os fins deste artigo considera-se serviços de asseio ou limpeza:

a)- coleta e remoção de lixo domiciliar;

b)- varrição, clevagem e capinação das vias ou logradouros;

c)- limpeza de corregos, galerias pluviais, boeiros e bocas de lobo.

Artigo 88º)- A taxa será devida em função da area e da localização do imovel, de acordo com a seguinte tabela:

a)- VETADO

b)- VETADO

c)- VETADO

§ 1º)- Para os contribuintes do imposto territorial urbano a taxa será lançada com uma redução de 50%(cinquenta por cento).

§ 2º)- VETADO

§ 3º)- As remoçoes especiais de lixo, que excedam a quantia maxima fixada pelo Executivo, serão feitas mediante preços publicos.

Artigo 89º)- A taxa será lançada e arrecadada isolodamente ou em conjunto com os demais tributos, mas sempre com a indicação dos elementos distintivos de cada um e os respectivos valores.

segue .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

CAPITULO III

Da Taxa de Serviços Diversos

Artigo 90º)- A taxa de serviços diversos destina-se a manutenção de serviços especiais, previstos no artigo seguinte, prestados pelo Municipio, e tem como contribuinte o requerente ou a pessoa interessada no serviço ou no seu pagamento.

Artigo 91º)- A taxa será devida de acordo com a seguinte tabela

ESPECIE DE SERVIÇO	VALOR- NCr$
I- Vistoria:	
a) de veiculos particulares	Isento
b) de onibus e caminhoes	Isento
c) de demais veiculos	Isento
d) VETADO	
e) VETADO	
f) VETADO	
g) VETADO	
II- Reinspeção e pesagem de carnes por quilo.....	Isento
III- Inspeção em geral	Isento
IV- VETADO	

Artigo 92º)- A taxa será lançada e arrecadada antecipadamente, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte.

CAPITULO IV

Da Taxa de Expediente

Artigo 93º)- A taxa de expediente destina-se à manutenção de serviços da administração municipal, previstos no artigo 2º, e tem como contribuinte o requerente, a pessoa interessada no serviço ou no seu pagamento.

§ Unico)- Nenhum requerimento será deferido sem que o contribuinte salde seu debito tributario.

Artigo 94º)- A taxa será devida de acordo com a seguinte tabela:

segue.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ

tabela:

ESPECIE DE SERVIÇOS	VALOR - NCr$
I- Lavraturas de contratos administrativos	Isento
II- Termos diversos	2,00
III- Registros averbaçoẽs ou autorizaçoẽs	2,00
IV- VETADO	
V- Certidoẽs de plantas e projetos	2,00
VI- VETADO	
VII- VETADO	
VIII- Matriculas diversas	1,00
IX- Alvaras:	
a) de licença concedida ou transferencia	5,00
b) VETADO	
X- Buscas:	
a) VETADO —>	
XI- Transferencias:	
a) VETADO	
b) VETADO	
c) VETADO	

Artigo 95º)- A taxa será lançada e arrecadada antecipadamente, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte.

CAPITULO V

DA Taxa de Consumo de Agua

Artigo 96º)- A taxa de consumo de agua é devida pelos proprietarios beneficiados com o serviço de abastecimento de agua na cidade.

Artigo 97º)- Todo e qualquer predio construido dentro da zona servida pela canalização de agua, deverá ligar-se à respectiva rede.

Artigo 98º)- Para que se faça nova ligação de agua na rede geral de abastecimento, o proprietario requererá à Prefeitura.

Artigo 99º)- Quando num predio houver pavimento ou appartamentos para habitaçoẽs, com economia separada, cada pavimento ou apartamento será considerado como predio separado.

§ Unico)- Não havendo inconveniente, a juizo da Prefeitura, poderão os predios nestas condiçoẽs a requerimento do proprietario, ter uma só ligação à rede distribuidora, sendo as ramificaçoẽs estabelecidas, no ....

segue.....

seu interior, ficando porém, o proprietário obrigado ao pagamento de - tantas taxas quantas forem as habitações com economia separada e de todo o excesso de consumo.

Artigo 100º)- Toda derivação será provida de um hidrômetro para verificação de consumo, de tipo que a Prefeitura aprovar, de um registro-chave colocado no encanamento logo depois do hidrômetro, de modo a permitir o fechamento provisório da água pelos proprios consumidores e de um registro externo instalado no passeio para abertura e fechamento da-água no prédio a que ele corresponde, de uso exclusivo da Prefeitura, - incorrendo na multa de Nº 5,00 (cinco cruzeiros novos), a particular - que o manobrar.

Artigo 101º)- O hidrometro será colocado pela Prefeitura por sua - conta, na derviação de cada predio, no interior da propriedade e em local de fácil inspeção, será previamente aferido, registrado e lacrado - com chumbo e só poderá ser destruido pelo funcionário titular do serviço.

§ Único)- Sendo este lacre encontrado viciado ou retirado será imposta ao consumidor a multa de Nº 5,00 (cinco cruzeiros novos), podendo na reincidencia ser-lhe fechada a agua, para cuja reabertura a Prefeitura-exigirá o pagamente da multa em dobro e nova taxa de ligação.

Artigo 102)- A Prefeitura fixará multa de valor igual ao do custo - do hidrometro, além da indenização pela sua inutilização parcial ou total, a todos os consumidores de agua, com a ligação à rede municipal de fornecimento que venham a inutiliza-lo quer direta ou indiretamente.

§ 1º)- A multa na reincidencia da infração prevista neste artigo, - será o valor igual ao dobro do custo do hidrômetro, podendo ainda ser - suprimido o fornecimento de agua, provada a má fé do consumidor, depois de procedida as verificações.

§ 2º)- É proibido ao consumidor proceder a qualquer conserto no hidrometro, devendo tal procedimento ser de exclusiva competencia do setor da Prefeitura Municipal e ocorrendo qualquer defeito ou avaria no - funcionamento do aparelho deverá o fato ser levado ao conhecimento da - Prefeitura, no prazo de 2(dois) dias.

§ 3º)- O consumidor que deixar de proceder de conformidade com o - disposto no paragrafo anterior, fica sujeito às multas previstas neste artigo.

Artigo 103º)- No caso do proprietário não indenizar a Prefeitura da importância correspondente ao conserto de dnos causados ao hidrometro, será interrompido o fornecimento de agua, dentro de 10(dez) dias, da data da respectiva notificação.

Artigo 104º)- A Prefeitura só instalará por sua conta, hidrometro-até 3/4 de polegada, para predios que não necessitarem de hidrometros - superiores a 3/4 de polegadas, serão estes adquiridos obrigatoriamente pelos proprietários.

continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Artigo 105º)- Os consumidores são obrigados a facilitarem aos funcionarios o exame do hidrometro, bem como, de qualquer ponto da canalização interna.

Artigo 106º)- Estão isentos da taxa de consumo de agua:

a)- repartiçoẽs publicas federais, estaduais, municipais, e respectivas autarquias;

b)- templos religiosos;

c)- instituiçoẽs de caridade e seus dependentes;

d)- instituiçoẽs sociais e esportivas;

e)- instituiçoẽs declaradas de utilidade publica.

§ Unico)- Ficará a cargo da Prefeitura fixar o limite de consumo.

Artigo 107º)- A taxa de consumo de agua será cobrada de acordo - com o seguinte criterio:

	NCr$
I- Consumo para residencias:	
a)-consumo até 20.000 litros	0,20
b)- consumo até 30.000 litros	0,30
c)-consumo até 40.000 litros	0,60
d)-consumo até 50.000 litros	1,50
e)-consumo até 60.000 litros.....	3,00
f)-o excesso de 60.000 litros será cobrado na base de NCr$ 0,20 por 1.000 litros .	
II- Consumo para postos de lavagem de veiculos, hoteis, pensoẽs, colegios, fabricas de refrigerantes e congeneres:	
1) postos de lavagem de veiculos e fabricas de refrigerantes:	
a) consumo até 60.000 litros	4,00
b) excesso por 1.000 litros ou fração	0,20
2) hoteis, pensoẽs, colegios e congeneres:	
a) consumo até 50.000 litros	2,00
b) excesso por 1.000 litros ou fração	0,20
III- VETADO	
IV- VETADO	

§ Unico)- Nas novas ligaçoẽs na rede geral de abastecimento de agua, fica a cargo do proprietario o fornecimento de materiais necessarios até o hidrometro, permanecendo o serviço de mão de obra por conta da Prefeitura.

Artigo 108º) Ao requerimento de pedido de nova ligação na rede geral de abastecimento de agua, será juntado o recibo de recolhimento na tesouraria da Prefeitura, da taxa de ligação.

Artigo 109º) O lançamento da taxa de agua será feito mensalmente.

Artigo 110º)- O contribuinte terá 5(cinco) dias de prazo após a entrega da conta de consumo , para reclamação.

Artigo 111º)- O prazo de pagamento da taxa devida será estipulado no aviso e nunca será inferior a 10(dez) dias, da data da expedição da conta.

segue.....

§ 1º)- Vendido o prazo estipulado, terá o contribuinte 5(cindo) dias de tolerancia, após essa epoca, serão acrescidas da multa de 20% (vinte por cento) as contas a pagar.

§ 2º)- Não sendo liquidada a conta no prazo estipulado no paragrafo anterior a Prefeitura Mandará intimar verbalmente ou por escrito, o contribuinte faltoso para liquidar o seu debito, não sendo atendida, poderá suprimir o fornecimento de agua.

Artigo 112º)- O predio que for desligado da rede de abastecimento de agua, por falta de pagamento, só será ligado novamente depois de - pago o saldo devedor e mais a taxa de ligação em dobro.

CAPITULO VI

Da Taxa de Esgoto

Artigo 113º)- A taxa de esgoto destina-se à manutenção dos serviços de higieni da cidade, e tem como contribuinte o proprietario, - o titular do dominio util ou o possuidor do imovel no perimetro urbano.

Artigo 114º)- VETADO

§ Unico)- As taxas incidentes sobre predios ocupados com pensoẽs, colegios, estabelecimentos de diversos, restaurantes e hoteis, serão lançados com 50% (cinquenta por cento) de acrescimo.

Artigo 115º)- Ficam os proprietarios obrigados a procederem a ligação de seus predios na rede de esgoto.

Artigo 116º)- Todos os predios beneficiados com a rede de esgoto, embora não ligados na mesma, estão sujeitos ao pagamento da taxa devida.

Artigo 117º)- Ficam isentos da taxa de esgoto, os predios pertendentes a União, Estados, Municipios, templos religiosos, casas paroquiais e episcopais, instituiçoẽs de caridade, instituiçoẽs sociais e esportivas e instituiçoẽs declaradas de utilidade publica, a criterio da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

Artigo 118º)- A taxa de esgoto será lançada no mês de dezembro, e arrecadada integralmente, em janeiro.

§ Unico)- Decorrido o prazo de recolhimento, sem o pagamento da taxa, o contribuinte ficará sujeito à multa de 10%(dez por cento) sobre o valor da mesma.

Artigo 119º)- Sobre o lançamento, os interessados poderão reclamar dentro de 15(quinze) dias da data do recebimento do aviso ou da - publicação do edital.

Artigo 120º)- VETADO

§ Unico) - Nas ligaçoẽs na rede geral de esgotos, fica a cargo do proprietario o fornecimento de materiais necessarios, permanecendo o serviço de fiscalização por conta da Prefeitura.

segue .....

CAPITULO VII

DA Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem Municipal

Artigo 121º) A taxa de conservação de estradas de rodagem municipal, destinasse a manutenção dos serviços de conservação e reparos das estradas municipais, e tem como contribuinte o proprietário, o titular do dominio : util ou o possuidor do imóvel rural.

Artigo 122º) A taxa será devida e arrecadada à razão de Ncr$ 1,00(hum cruzeiro novo) por alqueire.

Artigo 123º) VETADO

Artigo 124º) O lançamento da taxa de conservação de estradas de rodagem municipais, será feito anualmente, no mês de março e sua arrecadação se fará no mês de abril.

Artigo 125º) A taxa poderá ser paga:

I : de valor igual ou inferior a Ncr$ 10,00(dez cruzeiros novos), de uma só vez, até o dia 30 de abril;

II : de valor superior a Ncr$ 10,00(dez cruzeiros novos), em duas prestações iguais, vencendo-se a primeira em 30(trinta) de abril e a segunda, em 31 (trinta e hum) de julho.

§ único) Vencida a primeira prestação e não paga, considerar-se-a vencida a segunda, que serão arrecadadas com o acréscimo de 10%(dez por cento).

Artigo 126º) Sôbre os lançamentos, os interessados poderão reclamar dentro de 15(quinze) dias da data do recebimento do aviso ou da publicação do Edital.

CAPITULO VIII

Renda do Matadouro

Artigo 127º) A renda do Matadouro é constituída das taxas pagas pelo abate de bovinos, suínos e caprinos, entregues ao consumo publico ou particular, e demais serviços prestados pela Prefeitura.

§ único) a renda do Matadouro será arrecadada de acôrdo com a seguinte tabela:

I : VETADO

II : VETADO

III : VETADO

IV : VETADO

V : VETADO

CAPITULO IX

Renda do Cemitério

Artigo 128º) A renda do cemitério é constituida das taxas pagas pelos serviços de inumação, perpetuidade, exumação e outros no cemitério municipal.

Artigo 129º) Ficam isentos da taxa do cemitério:

I : As pessoas reconhecidamente pobres ou indigentes, a critério da Prefeitura.

II : aos funcionários municipais, seus conjugues e filho a Prefeitura concederá gratuitamente sepultura perpétua e isenção de outra taxas.

continua.....

Artigo 130º) A renda do cemitério será arrecadada de acôrdo com a seguinte tabela:

I : INUMAÇÃO EM SEPULTURA COMUM POR 5 ANOS

a) VETADO

b) VETADO

II : PERPETUIDADE

1) NA Avenida Central:

a) VETADO

b) VETADO

2) Nas Ruas Transversais

a) VETADO

b) VETADO

3) Em Outros Lugares

a) VETADO

b) VETADO

III :SEPULTURAS RESERVADAS POR 20 ANOS

a) VETADO

b) VETADO

IV : JAZIGOS

VETADO

V : EXUMAÇÕES

a) VETADO

b) VETADO

VI : DIVERSOS

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

d) VETADO

e) VETADO

TITULO IV

Da Contribuição de Melhoria

CAPITULO ÙNICO

Disposições Gerais

Artigo 131º) A contribuição de melhoria recai sôbro o acrescimo de valor do imóvel, em decorrencia de obra pública municipal, e tem como contribuinteo seu proprietário, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor.

§ único) O executivo poderá, em face de interesse da administração, optar pelo tributo previsto neste artigo ou pela cobrança de taxa prevista em Lei.

Artigo 132º) A contribuição será devida pela execução de quaisquer das seguintes obras:

I : abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgôtospluviais, guias e sargetas e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II : construção ou ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III : construção ou ampliação de sistema de transito rápido, inclusive tôdas as obras e edificações necessárias ao funcionamento de sistem

continua :.....

IV : serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de rêdes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gáz, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V : proteção contra sêcas, inundações,erosão, rescacas,obras de saneamento e drenagem em geral, diques, cáis, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos de água e irrigação;

VI : construção de estrdax de ferro, e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII : construção de aeródromos e aeroportos, e seus acéssos;

VIII : aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações para desenvolvimento de plano de asoecto paisagistíco.

Artigo 133º) A contribuição será devida nos termos da Lei específica, não poderáaexceder o custo da obra que lhe der causa e terá como limite individual o acréscimo de valor obtido pelo imóvel.

§ único) É facultada a cobrança de parte do tributo, desde que a obra tenha sido iniciada e que o valor exegido não seja superior ao acréscimo de valor já alcançado pelo imóvel.

Artigo 134º) O Poder Executive fixará os prazos de lançamento, arrecadação e outros requisitos necessários à cobrança do tributo.

TITULO V

CAPITULO ÚNICO

DA Dívida Ativa

Artigo 135º) Constitui dívida ativa do Município, aproveniente de impôstos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento, fixado por êste código, ou por regulamento,dimanada ou por decisão final proferida em processo regular.

Artigo 136º) Para todos os efeitos legais, considera:se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Artigo 137º) Encerrado o exercício ou expirado o prazo para pagamento à boca do cofre, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos, por contribuinte, acrescidos da móra previstas em lei especial, que regulamenta a cobrança da Dívida Ativa.

Artigo 138º) Serão concelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos:

I : legalmente prescritos;

II : de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

§ único) O cancelamento será determindao de efício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provdas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidosor órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Artigo 139º) A dívida ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial.

§ 1º) A cobrança amigável será cpbrada dentro do prazo de 2(dois) meses, a contar da data da inscrição da dívida ; findo o qual serão extraídas certidões para cobrança executiva.

continua .....

§ 2º) A cobrança executiva, será feita depois de findo o prazo para cobrança amigável, por intermédio de advogados contratados para isso, devendo ser notificados os devedores de que no prazo de 30(trinta) dias, terá inicio a referida cobrança, e promovendo-se todos os atos necessários à defesa dos interesses do município.

§ 3º) As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão acumuladas em uma só ação.

Artigo 140º) Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recolhimento de débitos inscritos na dívida ativa, com dispensa da multa e juros de móra.

Artigo 141º) Verificada a qualquer tempo, a inobservancia do disposto no artigo anterior, é o funcionário responsável, sujeito, aleém da pena de demissão, a recolher aos cofres municipais o valor da multa e dos juros de mora que houver dispensado.

Artigo 142º) Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão fazendário da execução e pelas autoridades judiciárias.

TITULO VI

Das Disposições Fiscais

CAPITULO ÚNICO

Disposições Finais

Artigo 143º) A falta de pagamento de qualquer tributo no vencimento, sujeitará o contribuinte à multa de 20%(vinte por cento) sôbre o seu valor, salvo se outra estiver prevista nêste Código, sem prejuízo de cobrança de juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, despesas de inscrição, correção monetária, e se o débito estiver ajuizado, custas e despesas judiciais, devidas até o efetivo pagamento.

§ 1º) Os juros moratórios serão computados a partir do mês imediato ao do vencimento do tributo, considerando-se como mês completo qualquer fração desse período de tempo.

§ 2º) A correção monetária não será aplicada sôbre qualquer quantia depositada pelo contribuinte, na repartição arrecadadora, para discussão administrativa ou judicial do débito.

Artigo 144º) Os pedidos de reconsideração e os recursos previstos nesta Lei não terão efeito suspensivo, salvo se o contribuinte depositar, na repartição arrecadadora, o total do débito exigido.

Artigo 145º) Os prazos fixados nesta Lei serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ único) Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, excluindo-se o dia do inicio e incluindo o dia do término do prazo.

Artigo 146º) Este Código entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 387 de 5 de dezembro de 1960.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, em 27 de dezembro de 1968.

ANTONIO GUERRISI: Prefeito Municipal